



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x ( .ª)

PERGUNTA Número 2450 /x ( 4.ª)

Expeça-se
Publique-se
201512009
O Secretário da Mesa <i>Rosário</i> <i>Alc</i>

Assunto: **Salários em atraso e postos de trabalho em risco na Papelaria Fernandes**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

A situação vivida pelos cerca de 360 trabalhadores das cinco empresas do Grupo Papelaria Fernandes exige a devida atenção e intervenção do Governo.

Por um lado, aqueles trabalhadores têm o salário de Abril em atraso e não têm qualquer perspectiva de que o mesmo venha a ser pago, sobretudo depois de se ter iniciado o processo de insolvência.

Por outro lado, aqueles trabalhadores temem pela destruição dos seus postos de trabalho e pelo desrespeito pelos seus direitos. O processo de insolvência aponta para a manutenção de actividade de apenas parte do Grupo, sem garantia de manutenção dos 360 postos de trabalho e de respeito pelos direitos dos trabalhadores em termos de indemnizações e respeito pela antiguidade.

Sabendo-se que está previsto o encerramento do sector industrial e que a empresa pretende manter apenas parte dos seus trabalhadores sem lhes garantir as devidas condições laborais em termos de vínculo e demais direitos – nomeadamente nível salarial – esta preocupação dos trabalhadores é uma preocupação justa que deve mobilizar a atenção e intervenção do Governo.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., ao **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**, o seguinte:

1. Que conhecimento tem o Governo desta situação e que medidas tomou já para defender os direitos dos trabalhadores?
2. Como avalia o Governo esta intenção de reestruturação da empresa a partir do processo de insolvência, nomeadamente no que respeita às suas consequências em termos de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores?
3. Que medidas vai o Governo tomar no sentido de garantir o pagamento dos salários a estes trabalhadores, de evitar a destruição dos postos de trabalho e de garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores em termos de indemnizações e antiguidade?

Palácio de S. Bento, 20 de Maio de 2009

O Deputado,

João Oliveira